



Implementação de um esquema de proteção financeira para a agricultura

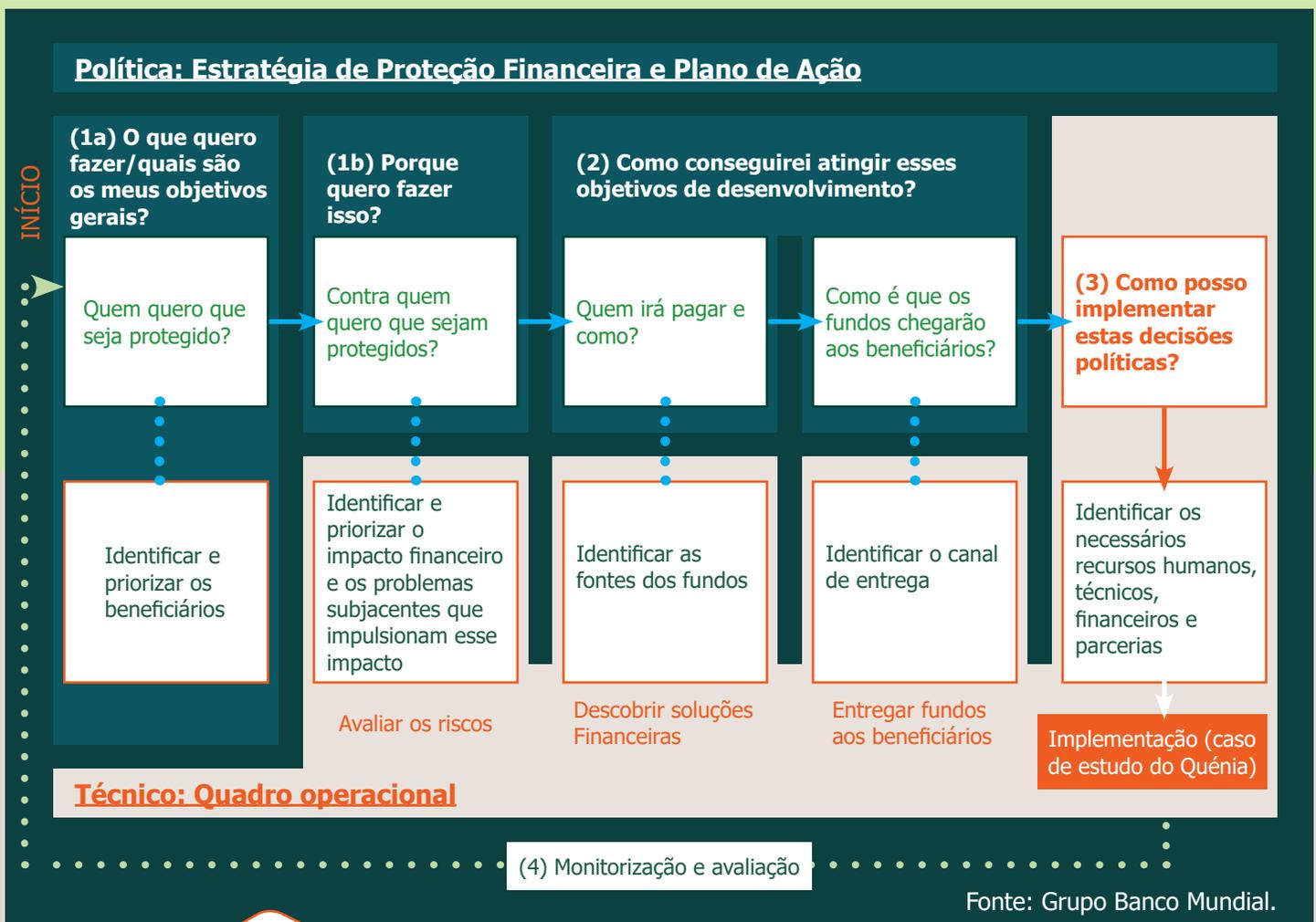
Esta série de conhecimento tem como objetivo preencher a lacuna de conhecimentos para funcionários do governo e profissionais sobre o desenvolvimento e utilização de mecanismos e instrumentos de financiamento adequados para desastres para o sector agrícola. A conclusão da série fornecerá uma base para os ministérios das finanças e outros ministérios relacionados para que estabeleçam, avaliem e implementem programas de Financiamento do Risco de Desastres para a Agricultura (FRDA), como parte de uma estratégia abrangente para o financiamento do risco de desastres. O conteúdo desenvolve os fundamentos da série de formação sobre os Fundamentos do Financiamento do Risco de Desastres (FFRD) (FDRF na sigla em Inglês), que dá uma visão geral dos princípios do financiamento do risco de desastres e a sua aplicação em diferentes contextos. Assume-se que os participantes neste webinar sobre o FRDA estão familiarizados com o conteúdo dos Fundamentos do Financiamento do Risco de Desastres (FFRD) e com as séries de fichas de informativas, e podem ser encontrados mais recursos e informações [aqui](#).

Este módulo, o quinto da série, descreverá como operacionalizar uma estratégia e programas financeiros nacionais para o risco de desastres agrícolas. A sessão discutirá as ferramentas reais de financiamento do risco de desastres utilizadas, a estrutura operacional e os papéis e responsabilidades das diferentes partes interessadas. Esta sessão utiliza a estrutura de tomada de decisão para estruturar um esquema de proteção financeira e baseia-se em casos de estudo para explicar como é que esses esquemas são implementados na prática. Esta sessão também discute os principais desafios enfrentados durante a implementação, bem como as lições aprendidas. Por fim, o módulo centrar-se-á na importância da monitorização e avaliação (M&A) e nas maneiras como pode ser incorporado nos esquemas de proteção financeira para a agricultura.

Implementação de um esquema de proteção financeira para a agricultura

O foco principal desta sessão serão as principais questões operacionais (mostradas a laranja na figura 1, a estrutura de tomada de decisão) e como a abordagem a essas questões poderá funcionar na prática. Durante a implementação de um esquema de proteção financeira, devem ser tomadas decisões fundamentais em torno da **avaliação do risco** e sobre as **soluções financeiras** exigidas para **entregar os fundos aos beneficiários**. As decisões tomadas são então **implementadas** através de parcerias direcionadas e revistas e avaliadas através do quadro de **M&A**.

FIGURA 1: QUADRO PARA A TOMADA DE DECISÕES



Ao longo desta ficha técnica, irá encontrar as principais considerações do quadro de tomada de decisão destacadas nas caixas laranja (para ligar às secções a laranja na figura 1). O objetivo é ligar o caso de estudo às questões operacionais e políticas no quadro de tomada de decisão e, dessa forma, realçar como é que o quadro orienta o processo de implementação.

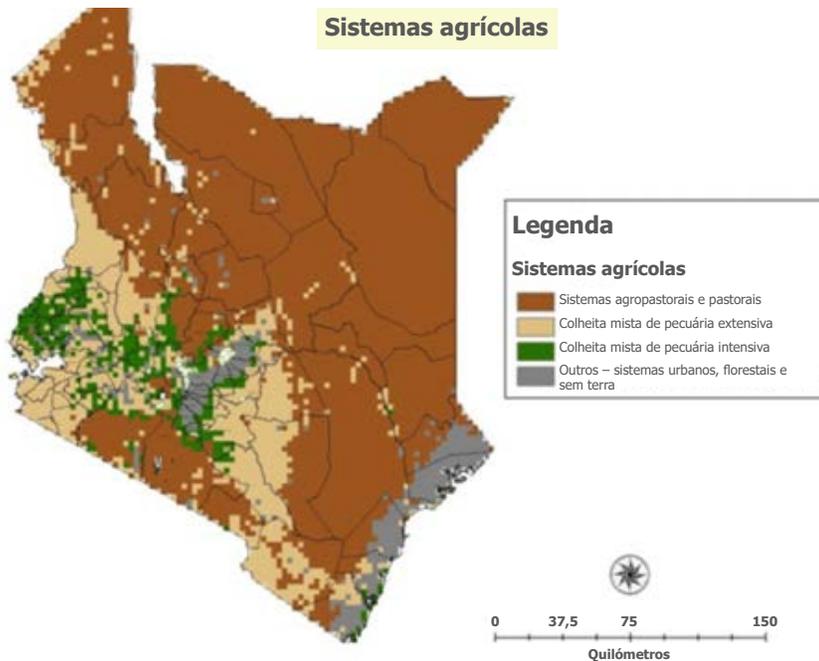
O papel do quadro pode ser melhor compreendido através de casos de estudo. Neste módulo, a estratégia de gestão do risco de desastres do Quênia - que consiste em muitos programas diferentes (programas de nível soberano e micro) - é o caso de caso para a implementação. Para as melhores práticas de M&A, que envolvem medir o impacto e o valor para o público-alvo, consideramos o seguro baseado em índices como exemplo

Caso de estudo: Quênia

Configurar o cenário

Mais de 80% da área total do Quênia foi classificada como terras áridas e semáridas (ASAL) e foi considerada em risco de desertificação. Na região ASAL vive cerca de 30% da população humana do Quênia e é aí que se encontra 50% da sua pecuária (Banco Mundial 2018).

FIGURA 2: MAPA DE UTILIZAÇÃO DA TERRA DO QUÊNIA MOSTRANDO AS REGIÕES AGROPASTORAIS E PASTORAIS

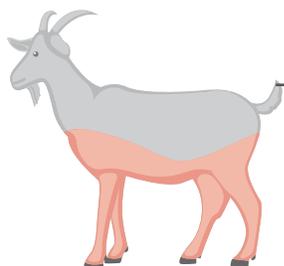


Fonte: Ochungo et al. 2016.

O sector agrícola no Quênia é vital para manter o crescimento económico, mas está fortemente exposto a perigos relacionados com o clima. Durante 2008-2011, o Quênia sofreu prejuízos de US\$12 mil milhões em custos com a seca, o equivalente a 28% do PIB de 2011. Isso resultou numa perda de produção em todos os sectores. Os ganhos obtidos na redução da pobreza em anos anteriores foram revertidos por esses choques agrícolas, que levaram à procura de programas de resposta mais eficientes e previsíveis.

Proteger o quê e porquê?

Avaliar os Riscos



50% da população ASAL depende da pecuária

O Quênia é incrivelmente vulnerável a choques climáticos. Cerca de 50% da população da ASAL depende da pecuária para sobreviver, o que significa que 3-4 milhões de quenianos são afetados anualmente pelos choques climáticos.



39% de pobreza rural

A pobreza rural caracteriza cerca de 39% da população. Este alto nível de pobreza rural resulta em baixos níveis de produtividade e acesso ao crédito.



8% do PIB a cada 5 anos

A seca impõe um alto custo fiscal e económico - por exemplo, a resposta média anual em 2007/08 e 2010/11 chegou a K Sh 9,2 mil milhões, e a análise mostra que os custos da seca são equivalentes a 8% do PIB a cada cinco anos.



As secas podem exacerbar os conflitos existentes e colocar a população dependente da agricultura num nível de risco especialmente elevado. Há um aumento de 5% nas probabilidades de um conflito devido às secas.

A resposta ao choque da seca no Quênia, antes do DRFS, foi ineficiente:



Em média, foram fornecidos US\$325 milhões por ano em assistência humanitária entre 2010 e 2019. Mas essa ajuda muitas vezes chega tarde demais e, no Quênia, não abordou de uma forma eficiente as perdas sofridas.



Para as secas de 2008-2011, foram recebidos US\$860 milhões em ajuda humanitária, comparados com os US\$12,1 mil milhões em danos e perdas para a economia.

As principais prioridades do Governo do Quênia (GoK) foram desenvolver uma abordagem coordenada para aumentar a resiliência, aumentar a capacidade de financiamento, proteger os mais vulneráveis e capacitar ministérios e municípios. Os dois objetivos gerais de desenvolvimento foram:



Sustentar o crescimento económico e proteger os ganhos económicos de choques de desastres



Reduzir o impacto económico dos desastres nas pessoas mais pobres e vulneráveis, conforme identificado na [Visão 2030 do Quênia](#)



A estratégia de financiamento do risco de desastres

Depois de avaliar os principais riscos para o Quênia e analisar as formas pelas quais o governo poderia estar mais preparado para secas e choques relacionados com o clima, foi estabelecida uma abordagem integrada sob a égide da Estratégia Nacional de Financiamento do Risco de Desastres (DRFS). O objetivo dessa estratégia é aumentar a capacidade dos governos nacionais e municipais de responder efetivamente a desastres, protegendo assim os objetivos de desenvolvimento, a estabilidade fiscal e o bem-estar dos cidadãos.

Alcançar esse objetivo, em última análise, apoiará os dois objetivos de desenvolvimento mencionados acima. Exige que o Tesouro Nacional se centre em quatro prioridades estratégicas:



Garantir uma abordagem coordenada ao financiamento do risco de desastres das instituições governamentais nacionais e municipais que gerem vários instrumentos de financiamento do risco de desastres.



Melhorar a capacidade de financiamento soberano fortalecendo e expandindo a carteira de instrumentos de financiamento do risco de desastres dos governos nacional e municipal.



Apoiar os principais programas para proteger as populações mais vulneráveis dos impactos dos desastres e contribuir para a construção de resiliência.

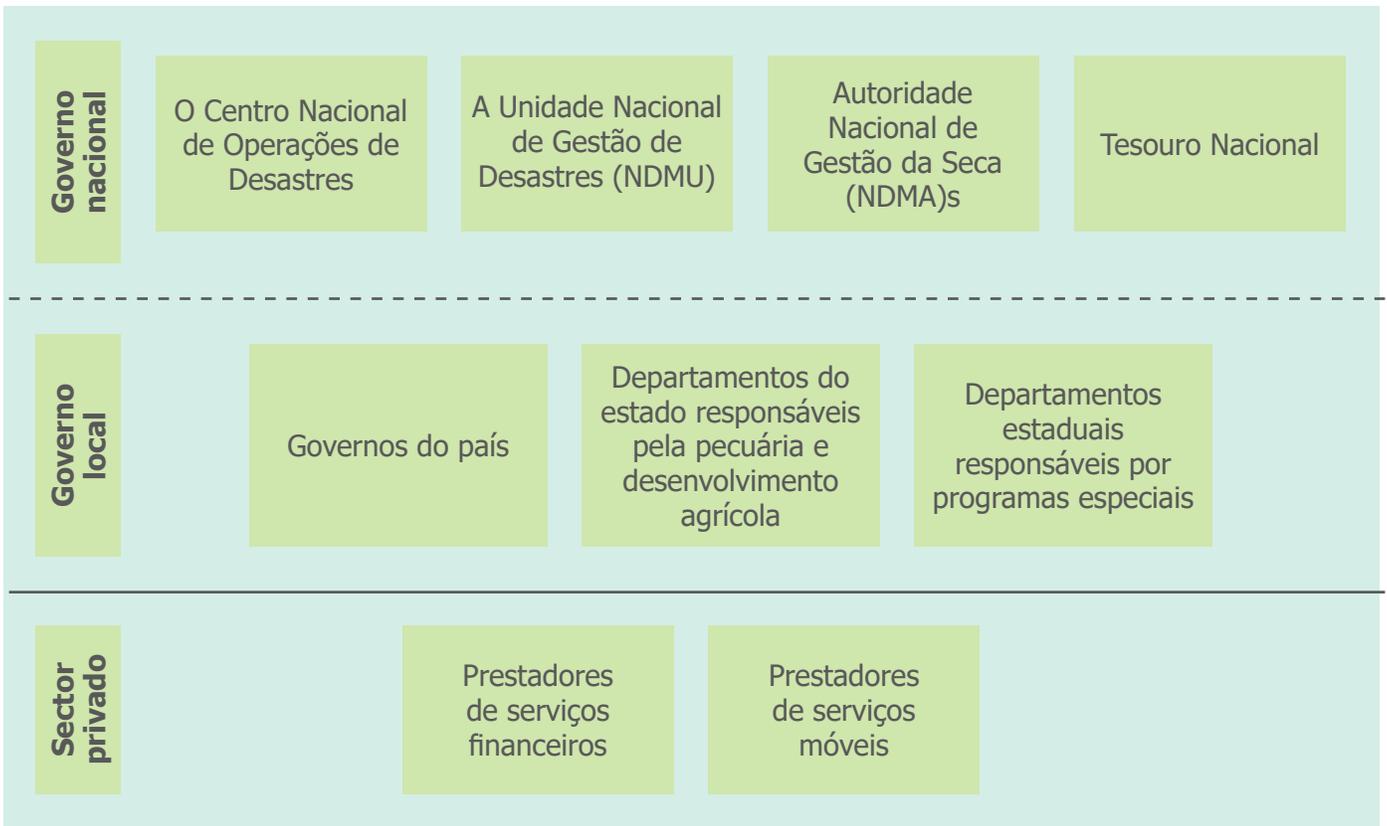


Melhorar a capacidade dos ministérios, departamentos, agências e governos dos municípios para responder a desastres.



A construção e implementação do DRFS para o GoK exigiu que vários intervenientes apoiassem a arquitetura institucional do país para gestão do risco de desastres, conforme mostrado na figura 3.

FIGURA 3. VÁRIAS PARTES INTERESSADAS NA ARQUITETURA DE GESTÃO DO RISCO DE DESASTRES



Fonte: Grupo Banco Mundial.

Como implementar decisões políticas?/Identificação dos recursos humanos

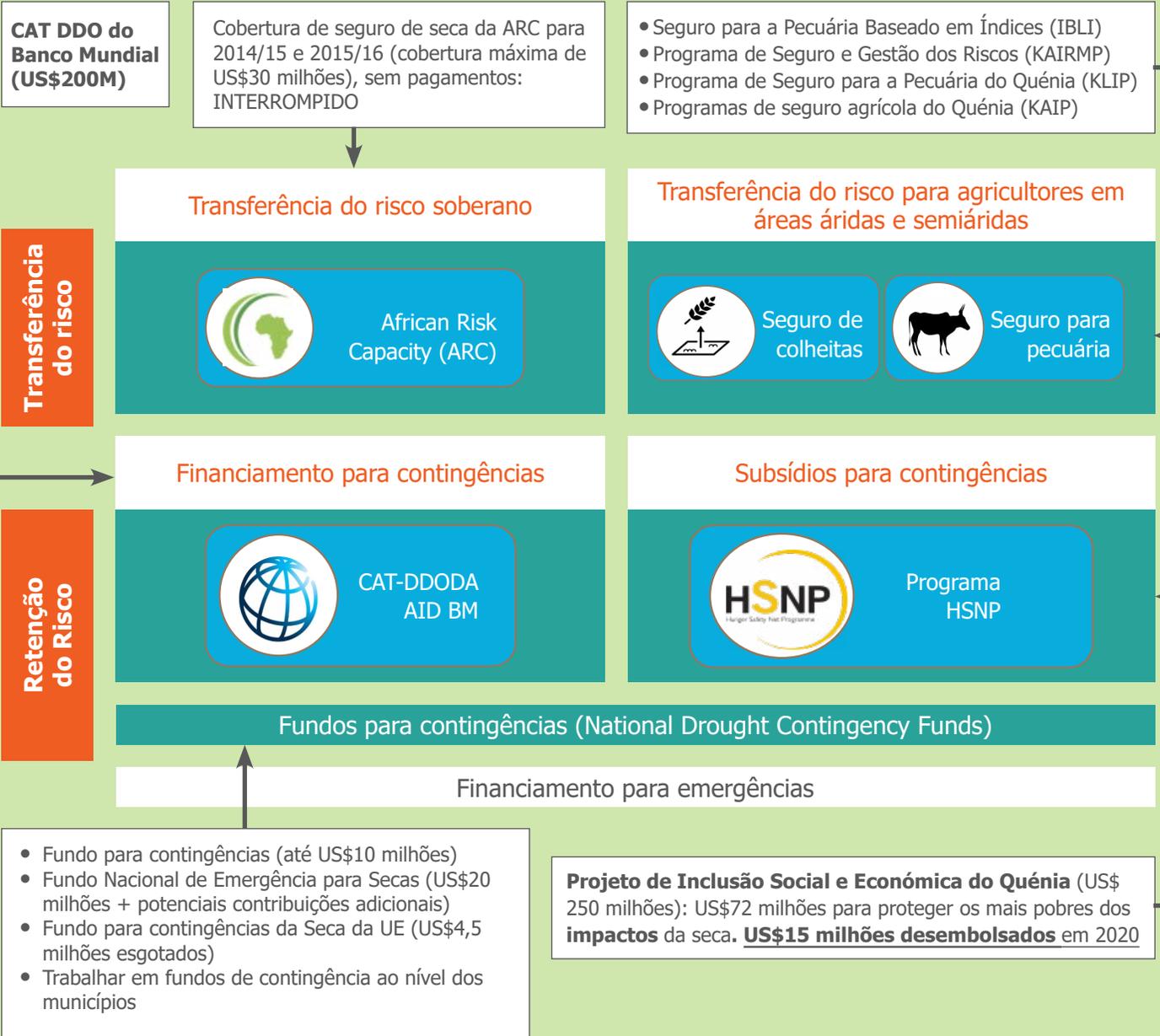
Os principais intervenientes têm papéis cruciais na implementação do DRFS e são vitais para apoiar continuamente uma forte estrutura de gestão do risco de desastres.

A abordagem de financiamento do risco de desastres inclui várias camadas de intervenção. Antes da criação do DRFS, os vários programas mencionados abaixo não estavam coordenados e estavam a ser implementados em silos. O DRFS, quando desenvolvido, reuniu-os num quadro e alinou-os. A Figura 4 mostra os diferentes programas sob o DRFS e como utilizam os instrumentos de retenção do risco e transferência do risco como parte da estrutura de camadas de desastres.

FIGURA 4: ESTRATÉGIA NACIONAL DE FINANCIAMENTO DO RISCO DE DESASTRES

Estratégia Nacional para Financiamento do Risco de Desastres

- Prioridades: abordagem coordenada, aumentar a capacidade de financiamento, proteger os vulneráveis, capacitar os ministérios e municípios
- Objetivos de desenvolvimento: (i) sustentar o crescimento económico e proteger os ganhos económicos de choques de desastres; e (ii) reduzir o impacto económico dos desastres nas pessoas mais pobres e vulneráveis, conforme identificado na Visão 2030 do Quénia



Fonte: Grupo Banco Mundial.

Nota: Cat DDO = Opção de Saque Diferido para Catástrofe; HSNP (Programa de Rede de Segurança Alimentar) = Programa de Rede de Proteção contra a Fome; AID = Associação Internacional de Desenvolvimento.

As secções seguintes detalham a implementação desses diferentes programas.

Opção de Saque Diferido para Catástrofe (instrumento de retenção do risco)

A Opção de Saque Diferido para Catástrofe (Cat DDO) é um empréstimo do Banco Mundial/Associação Internacional de Desenvolvimento para projetos de operação de política de desenvolvimento e apoio orçamental. Este instrumento foi estabelecido entre o Banco Mundial e o Governo do Quênia para apoiar o fortalecimento do financiamento do risco de desastres através de três pilares principais:



QUADROS INSTITUCIONAIS, DE PLANEAMENTO E POLÍTICAS



2. RESILIÊNCIA A DESASTRES E CLIMA NOS SECTORES URBANO E ÁGUA



3. CAPACIDADE FINANCEIRA PARA ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA, MITIGAÇÃO E RESPOSTAS

O objetivo do Cat DDO é duplo: procura (i) avançar na estratégia de gestão do risco de desastres do Quênia, apoiando as reformas políticas que fortalecem o financiamento do risco de desastres, a redução do risco de desastres e as medidas de adaptação às alterações climáticas no país; e (ii) ajudar o Quênia a garantir um financiamento com antecedência para responder às necessidades imediatas de liquidez após um desastre causado por perigos naturais ou emergências de saúde.

Organizar soluções financeiras

O acordo Cat DDO entre o GoK e o Banco Mundial foi estabelecido com um orçamento total de US\$200 milhões, dividido entre o financiamento para contingências, que pode ser levantado em caso de desastre, e assistência técnica, que é utilizada para explorar possíveis intervenções de gestão do risco.

Como implementar decisões políticas?

Para garantir o acesso contínuo a este financiamento, o governo queniano concordou com as seguintes medidas de intervenção, destinadas a **fortalecer a política e o quadro de financiamento para a gestão do risco de desastres**:



Reformas das políticas da gestão do risco de desastres (incluindo avaliação da utilização do seguro)



Estabelecimento de financiamento do risco urbano e climático



Formação de um DRFS nacional

Estas **ações anteriores** têm associados **indicadores de resultados** que devem ser medidos ao longo da vida útil do projeto. Por exemplo: Planos de emergência e/ou contingência adotados ao nível dos municípios que fortalecem a capacidade de resposta.

Ter acesso a assistência técnica e financiamento permitiu que o GoK se envolvesse com o Programa de Desenvolvimento de Seguros Agrícolas¹ em produtos de seguros e com o Gabinete de Relações Exteriores, Commonwealth e Desenvolvimento (FCDO) do Reino Unido em programas de proteção social mais amplos, como o Programa Hunger Safety Net (HSNP), que será discutido na próxima secção.

Quem está envolvido?

Identificar as parcerias e recursos humanos e financeiros

A implementação de um CatDDO exige o envolvimento de vários ministérios da tutela e uma forte coordenação (no caso do Quénia, essa era a função do Tesouro Nacional).

Como será medido o impacto?

Como implementar as decisões políticas

Os indicadores de resultados devem ser definidos de forma realista com prazos alcançáveis. Os indicadores iniciais do Quénia para o Cat DDO mostraram-se um ser pouco confiantes demais, e a sua realização foi dificultada quando a pandemia da COVID-19 atingiu o país.

¹ Um programa conjunto lançado pelo Banco Mundial e o Ministério das Relações Exteriores da Holanda para reduzir a vulnerabilidade financeira a as perdas nas colheitas e na pecuária

Programa da rede de segurança alimentar (instrumento de retenção do risco)

Avaliar os riscos

Um dos principais desafios enfrentados no Quênia é que, no passado, as transferências de alimentos e dinheiro de emergência foram financiadas por doadores ad hoc após um evento - uma abordagem que limita o seu impacto no desenvolvimento, cria desafios políticos e ameaça a sustentabilidade.



Descobrir soluções financeiras

O HSNP é um programa de proteção social emblemático do Governo do Quênia, financiado em parte pelo FCDO, que apoia as famílias pobres e vulneráveis nas regiões ASAL do norte do Quênia. O HSNP foi estabelecido para fazer transferências de emergência de dinheiro em resposta a eventos de choques climáticos.

O HSNP consiste de dois componentes fundamentais:



Transferências de dinheiro regulares Estas destinam-se a aproximadamente 100.000 famílias visadas – as mais cronicamente pobres e vulneráveis.



Um mecanismo de proteção social sensível a choques que aumenta as transferências de dinheiro vertical e horizontalmente em tempos de seca grave. Utiliza dados obtidos por satélite e detecção remota (o Índice de Condição Vegetativa) como um indicador objetivo de alerta precoce para acionar pagamentos; através de contas bancárias móveis pré-estabelecidas, as transferências de emergência chegam a mais 180.000 famílias vulneráveis. Entre 2015 e 2018, 205.000 famílias (aproximadamente 1,2 milhão de pessoas) receberam cerca de US\$26 milhões em transferências de emergência em resposta a secas e uma inundação.

Como é que o dinheiro estará disponível quando for necessário?

Entregar os fundos aos beneficiários

O financiamento necessário para garantir uma resposta oportuna deve ser pré-planeado. A fonte de fundos para proteção social sensível a choques - seja um fundo específico ou uma série de instrumentos - deve ser esclarecida com antecedência para garantir que os pagamentos completos sejam feitos rapidamente.

Sistemas eficazes de mecanismos de entrega já devem existir antes de um evento de choque. Os fundos devem ser canalizados de forma eficiente para as populações afetadas por desastres. Os sistemas de pagamento são críticos para a entrega e distribuição de fundos aos beneficiários. O dinheiro móvel e digital não oferece apenas velocidade, mas também oferece segurança e flexibilidade perante a destruição **física** generalizada.

Qual a melhor forma de conceber o programa?

Organizar soluções financeiras

É vital compreender o custo potencial da resposta antes do desastre. Sem uma compreensão clara dos custos da resposta, é impossível avaliar se este sistema é financeiramente viável ou determinar a forma mais adequada de desencadear e financiar uma resposta.



African Risk Capacity - Programa de transferência do risco soberano

A African Risk Capacity (Capacidade Africana de Risco - ARC) é uma agência especializada da União Africana, que foi criada em 2012 como um conjunto de seguros de risco climático baseado em índices de propriedade africana e com mecanismos de resposta precoce. Combina os conceitos de alerta precoce, gestão do risco de desastres e financiamento do risco soberano.



A missão da ARC, de acordo com seu site, é “utilizar mecanismos financeiros modernos, como agrupamento de riscos e transferência do risco, para criar sistemas pan-africanos de resposta climática que permitam aos países africanos responderem às necessidades das pessoas prejudicadas pelos desastres naturais”.

A ARC lançou o seu programa de seguro de risco de seca de nível soberano em 2014/15, e quatro países, incluindo o Quênia, compraram uma cobertura de seguro. O Quênia renovou a cobertura de seguro em 2015/16, mas como não foram feitos pagamentos em nenhum dos anos, recusou-se posteriormente a renovar a cobertura com a ARC e, em vez disso, está a apoiar o Programa de Seguro para a Pecuária do Quênia (KLIP), discutido na próxima secção. Dada esta decisão do GoK, não foram fornecidos detalhes do processo de implementação. Uma lição importante da experiência com a ARC é que é vital construir um entendimento da estrutura dos produtos de seguro, inclusive quando devem ser esperados pagamentos.



Programa de Seguro para a Pecuária do Quênia e Programa de Seguro para a Agricultura e Gestão do Risco Instrumentos de transferência do Risco, especificamente para os agricultores

ANTECEDENTES

O Quênia tem dois produtos de seguro baseados em índices para agricultores, o programa de Seguro Pecuário Baseado em Índices (IBLI) direcionado a pecuaristas comerciais (lançado em 2009) e um produto baseado em índices de nível modificado para proteger os meios de subsistência dos pecuaristas vulneráveis contra a seca, o Programa de Seguro para a Pecuária do Quênia (KLIP), lançado em 2014.



O KLIP foi comprado como parte da estratégia nacional de gestão do risco de seca, e o GoK paga integralmente o prémio do KLIP; O IBLI não recebe suporte de subsídio ao prémio do GoK. Isso levanta uma questão interessante de como conceber os programas com subsídios inteligentes em relação aos prémios – isto é, subsídios que desenvolvem uma procura e mercados para os produtos sem criar uma dependência evitável dos subsídios. (Os desafios de desenvolver estes subsídios são discutidos na sessão 4).

A Figura 5 mostra como o IBLI e o KLIP se complementam para apoiar diferentes segmentos de pecuaristas, assim como esses programas e o HSNP funcionam como parte da estrutura de camadas de risco para o GoK.



Organizar soluções financeiras

FIGURA 5. O MECANISMO DE FINANCIAMENTO DO RISCO DIFERE POR NÍVEL DE RENDIMENTO

Instrumento de financiamento do risco	Nível de rendimentos	Rede de Segurança para a Pecuária e Programa de Seguros	Público-alvo	Porcentagem do custo
Seguro Comercial para a Pecuária no Micro-retalho (IBLI)	Acima	Seguros ILRI-IBLI comerciais subsidiados para a pecuária	Pecuaristas médios-grandes	Partilha parcial dos custos do prémio pelo SDL-GOK
Seguro de Risco de Seca de Nível Macro (KLIP e outra Proteção Contra Desastres)	Rendimentos baixos	Programa de seguros NDVI de nível macro SDL para 70.000 pecuaristas vulneráveis acima dos níveis de pobreza do HSNP	Pecuaristas vulneráveis 5 – 20 TLUs	Prémio subsidiado a 100% pelo SDL-GOK
Mecanismo de escalabilidade - Fundo do Risco de Seca	Vulneráveis	O programa de segurança alimentar (HSNP), faz transferências de dinheiro para mais 180.000 famílias vulneráveis	Muito poucos ou nenhum animal de pecuária	Custos subsidiados a 100% pela NDMA
Transferências de Dinheiro do Fundo de Proteção Social	Cronicamente vulneráveis	O HSNP faz transferências incondicionais para 100.000 famílias muito pobres.	Muito poucos ou nenhum animal de pecuária	Custos subsidiados a 100% pela NDMA

Fonte: Banco Mundial.

Nota: ILRI = Instituto Internacional de Pesquisa em Animais de Pecuária; NDMA = Autoridade Nacional de Gestão da Seca; NDVI = Índice de Vegetação por Diferença Normal; SDL = Departamento de Pecuária do Estado; TLU = Unidade de Pecuária Tropical.

O Programa de Seguro Agrícola e Gestão de Riscos do Quênia (KAIP) lançado em 2016 foi um programa semelhante ao KLIP, mas focado nas perdas de milho e trigo. Por exemplo: as áreas agrícolas são divididas em unidades de seguro – se a produção média numa das unidades cair abaixo de um limite, todos os agricultores segurados da unidade recebem um pagamento. O programa está a começar em 4 regiões e será expandido para mais regiões nos próximos anos.

Como implementar decisões políticas?

A partir de 2014, o GoK apoiou ativamente o desenvolvimento de seguros agrícolas e pecuários para pequenos agricultores em parceria com companhias de seguros do sector privado. Fortes parcerias público-privadas (PPPs) desse tipo são vitais para a implementação eficiente e eficaz dos programas; as diferentes partes desempenham papéis fundamentais.

Mais detalhes sobre programas de seguros baseados em índices, incluindo as suas estruturas e estrutura operacional, serão fornecidos na próxima sessão (sessão 6).

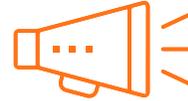
Que papel desempenhou o GoK na implementação de programas de seguro?

Identificar parcerias

A Figura 5 mostra o grande envolvimento do Departamento de Pecuária do Estado do Quénia (SDL) - parte do Ministério da Pecuária, Agricultura e Pescas (MALF) - no apoio à iniciativa KLIP. O GoK também fez o seguinte:



Dados recolhidos em conjunto com o sector privado no Quénia



Promoveu um grupo de cosseguro para limitar o risco enfrentado por qualquer seguradora individual

A Autoridade Reguladora de Seguros do estado no Quénia também desempenhou um papel importante na criação de um ambiente propício para o grupo KLIP e na implementação de programas de consciencialização sobre seguros ao consumidor.

Que papel desempenhou o sector privado na implementação dos programas de seguro?

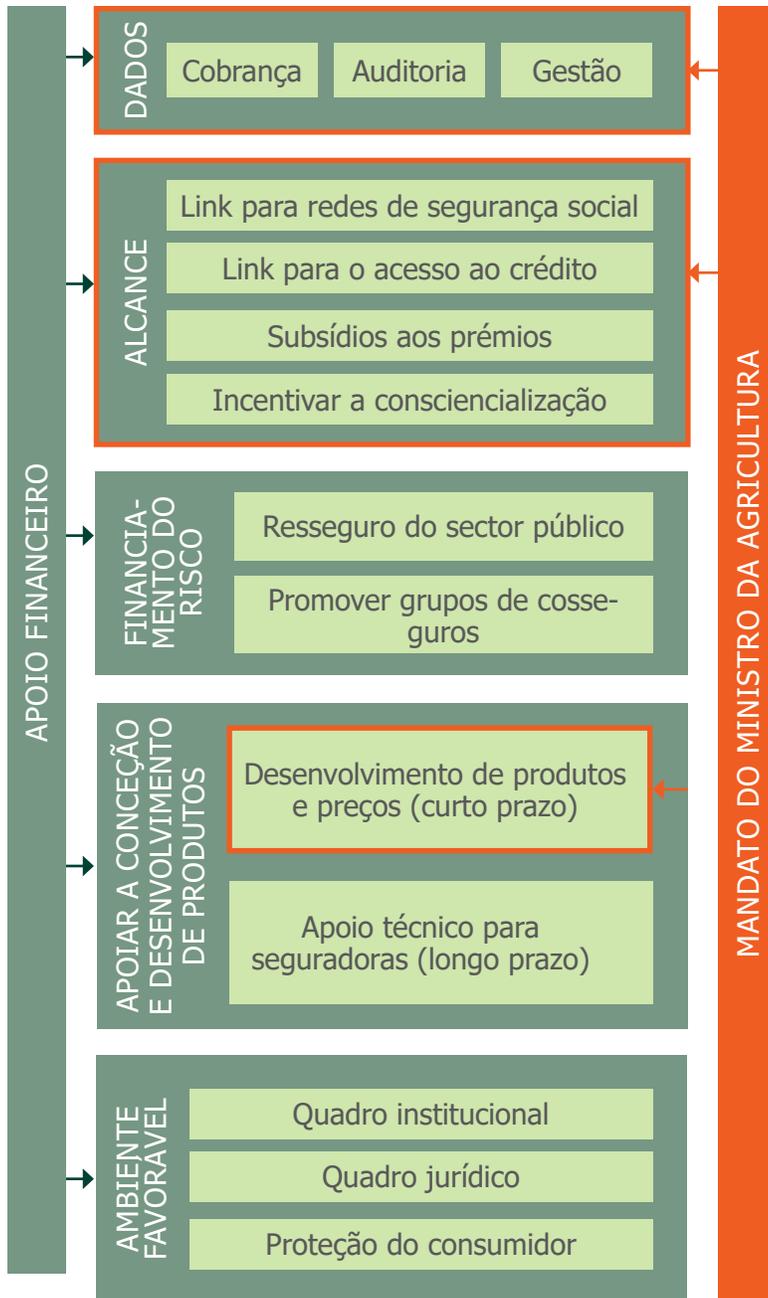
Organizar soluções financeiras/Identificar recursos humanos e técnicos

No Quénia, as seguradoras do sector privado optaram por formar um grupo de cosseguro para subscrever o KLIP porque o projeto e a implementação partilhados reduziram os custos gerais e porque a diversificação da transferência do risco reduziu o custo do resseguro. O principal papel dessas seguradoras do sector privado tem sido conceber e definir o preço dos produtos baseados em índices, subscrever o risco e colocar o resseguro com resseguradoras internacionais, liquidar pagamentos de sinistros e dar educação e formação em seguros aos beneficiários participantes do KLIP. As Seguradoras têm trabalhado muito de perto com a SDL-MALF na implementação do programa desde 2015/16.

A Figura 6 e a Figura 7, respetivamente, mostram os papéis típicos dos sectores público e privado na implementação de um programa de seguro. Pode-se ver que os papéis sob os diferentes títulos geralmente se complementam.

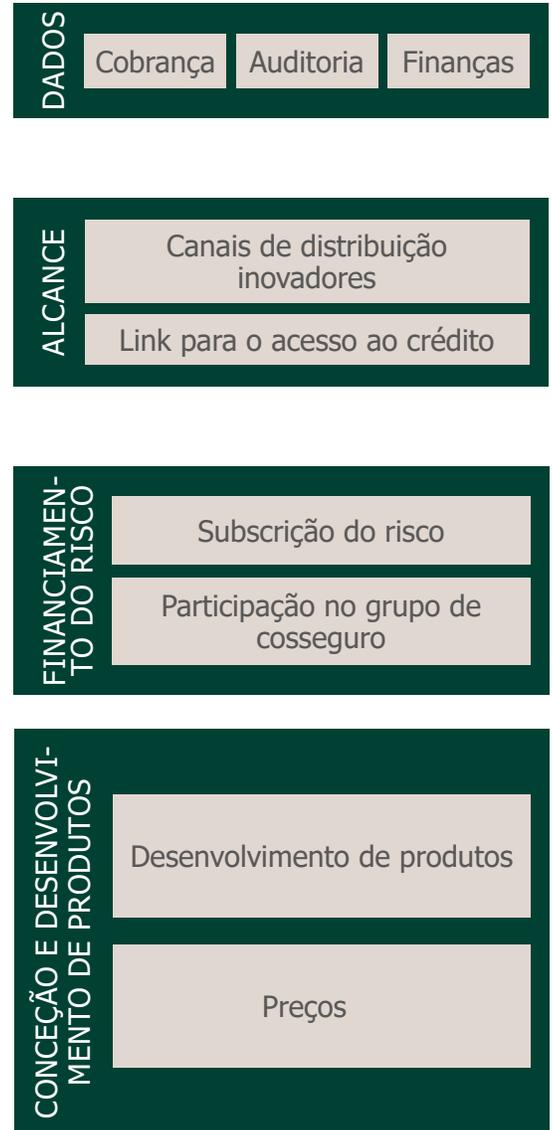


FIGURA 6: FUNÇÕES TÍPICAS DO SECTOR PÚBLICO NUM PROGRAMA DE PPP PARA O SEGURO AGRÍCOLA COMO O KLIP (MANDATO DO MALF DESTACADO)



Fonte: Grupo Banco Mundial

FIGURA 7: FUNÇÕES TÍPICAS DO SECTOR PRIVADO NUM PROGRAMA DE PPP PARA O SEGURO AGRÍCOLA, COMO O KLIP)



Fonte: Grupo Banco Mundial

Quem está envolvido?

Identificar recursos humanos e técnicos e parcerias



Parceria público-privada. A PPP pode melhorar a missão geral, aproveitando o apoio e trazendo conhecimentos que não estariam disponíveis para as empresas privadas ou públicas individuais.



Liderança do governo. O KLIP tem como origem um compromisso claro do GoK de apoiar e dimensionar uma solução inovadora de seguro baseado em índices que aumenta a resiliência dos pecuaristas à seca. A participação ativa e o envolvimento financeiro do sector público foram fundamentais para a rápida expansão da abrangência geográfica do programa e do número de famílias seguradas, e é fundamental para a continuidade do programa.



Centralidade do sector privado e papel claramente definido. O sector privado tem sido o motor do KLIP, contando com a experiência e capacidade construída ao longo de anos de implementação do IBLI. O sector privado também desempenha um papel crítico na sustentabilidade a longo prazo do programa, apoiando os esforços de **conscientização e estimulando a expansão dos seguros a retalho. Observe que, para evitar desafios operacionais, o papel do sector privado deve ser claramente definido**

Como é que o programa é melhor concebido?

Organizar soluções financeiras



Cobertura subsidiada inteligente. Para reduzir a probabilidade de que os beneficiários dependam de subsídios totais aos prémios, os subsídios devem ser concebidos de maneira inteligente, visando diferentes tipos de beneficiários e aumentando os incentivos para a partilha de riscos entre os clientes e a seguradora.

Como será medido o impacto?

Implementar as decisões políticas



A M&A é importante para avaliar o impacto e determinar se o programa está a atingir os seus objetivos. A M&A não é uma atividade única; os programas precisam de revisão e refinamento regulares para garantir que o impacto possa ser medido e que as lições aprendidas sejam reintroduzidas no programa. A M&A é discutida em detalhes abaixo.

Monitorização e avaliação

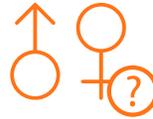
A monitorização e avaliação é um conceito amplo que abrange muitos aspetos diferentes da eficácia e sucesso institucional e programático. Estruturas robustas de M&A apoiam o crescimento dos sistemas de proteção social e oferecem as ferramentas mais produtivas para avaliar simultaneamente a eficácia de um programa e fornecer orientação para melhorias. É um processo contínuo ao longo da vida do programa, que envolve a observação e registo de rotina das atividades do programa. A M&A procura responder a diversas questões fundamentais:



Este programa tem eficiência operacional?



Este programa melhora o bem-estar dos beneficiários?



Este programa aborda as desigualdades de género?



Como é que este programa interage com as economias locais?

Para diferentes instrumentos, serão adequadas diferentes abordagens de M&A e, em alguns casos, podem combinar avaliações qualitativas e quantitativas. Para avaliar o impacto da proteção social escalável, por exemplo, pode optar por medir a redução da pobreza. Para avaliar um contrato de seguro de nível soberano, pode optar por medir o retorno de alocações orçamentais não utilizadas (ou empréstimos externos).

Para esta sessão, para demonstrar o valor da avaliação e o seu impacto na garantia e mensuração da qualidade, concentramo-nos numa seleção de casos de estudo que destacam a avaliação do seguro baseado em índices. Observe que os conceitos sobre a conceção e as melhores práticas discutidas abaixo são aplicáveis para além do seguro baseado em índices para outros programas de financiamento e seguro de risco de desastres. A integração de garantia de qualidade e avaliação do impacto no planeamento do programa garante que o valor do projeto possa ser medido e que as aprendizagens e a inovação possam ser realimentadas na conceção para aumentar o valor do esquema de proteção financeira.



Avaliação integrada do impacto

Existem muitas maneiras de ajudar a garantir que a implementação do programa seja bem-sucedida e que sejam alcançados os impactos de desenvolvimento desejados. Uma das formas é através da avaliação integrada do impacto, que incorpora a avaliação na implementação do programa desde o início. Existem muitos tipos diferentes de avaliações de impacto, os testes aleatórios são um exemplo bem conhecido. O mais importante a ser observado sobre as avaliações de impacto é que a construção de um mecanismo para estudar os efeitos de um programa fornecerá informações valiosas sobre a eficácia do programa e a sua relação custo-benefício. Os resultados de uma avaliação de impacto também informarão a futura implementação e dimensionamento das políticas.

Por exemplo, um estudo de [Elabed e Carter \(2018\)](#) cita evidências rigorosas que mostram que os produtos de transferência de risco, como o microsseguro baseado em índices, podem reduzir a dependência das famílias de estratégias de enfrentamento caras (por exemplo, venda de ativos em situações de dificuldades ou redução do número de refeições) que forçam as pessoas a um ciclo de pobreza; além disso, esses produtos ajudam as pessoas a evitar as consequências mais graves possíveis do mau tempo e a aumentar a sua confiança para investir em oportunidades adicionais de geração de rendimentos. Essas evidências das avaliações de impacto podem ajudar os governos a tomar decisões sobre as despesas e políticas mais benéficas para os cidadãos, como decidir gastar os fundos públicos em seguros baseados em índice, que desencadeiam o pagamento em caso de choque climático. Os produtos soberanos têm demonstrado apoiar os orçamentos do governo quando os choques climáticos aumentam as obrigações orçamentais dos governos.

Além disso, as evidências geradas pela monitorização e avaliações do impacto podem ser utilizadas para ajustar e dimensionar efetivamente para o máximo impacto no desenvolvimento. Com base numa avaliação do IBLI, que foi lançado no Quênia em 2009, o GoK solicitou ao Programa de Desenvolvimento de Seguros Agrícolas - uma parceria entre o Banco Mundial e a USAID como parte de um fundo fiduciário de vários doadores - para conceber e pilotar um produto modificado destinado a proteger um grupo diferente (mais vulnerável) de pecuaristas. Isso levou ao lançamento do programa KLIP em 2014.

Um recurso valioso para monitorizar um esquema de seguro baseado em índices é o Kit 3-D de Ferramentas de Avaliação de Valor para o Cliente (consulte a secção Leituras Adicionais). Esse recurso permite que qualquer pessoa interessada em medir o valor dos seus produtos de seguro baseado num índice agrícola utilize uma série de questões analíticas que avaliam a conceção a distribuição e a entrega do produto. Este exercício oferece aos utilizadores uma compreensão multidimensional da proposta de valor do produto para clientes potenciais ou existentes. O primeiro indicador de valor incluído neste kit de ferramentas é uma avaliação de um Padrão Mínimo de Qualidade (MQS) para o seguro baseado em índices, que é uma medida objetiva da qualidade para garantir que um produto, no mínimo, não prejudique aqueles que deveria proteger.



Construir qualidade no seguro baseado em índices

Porque é que a qualidade é importante no seguro baseado em índices?

A certificação da qualidade para um seguro baseado em índices é fundamental porque os agricultores, doadores e governos nacionais não podem dizer se um produto de seguro baseado em índices irá pagar por perdas conforme prometido. Embora o seguro baseado em índices apresente sempre o risco de não pagar com precisão, qual a probabilidade de um produto falhar e em que circunstâncias pode ter um enorme impacto no bem-estar presente e futuro das famílias. De forma mais ampla, os produtos de seguro de baixa qualidade desperdiçam os recursos de desenvolvimento finitos e prejudicam a aceitação de futuros produtos de alta qualidade. Há muitos exemplos bem divulgados dessas falhas tanto ao nível do microsseguro como do seguro soberano. Uma melhor compreensão da razão pela qual é importante avaliar os produtos de seguro pode ajudar a evitar que estas falhas ocorram no futuro.

Para demonstrar ainda melhor a razão pela qual se deve avaliar a implementação de um esquema de seguro de financiamento de risco de desastres é tão importante, o restante desta secção analisa a avaliação da qualidade de um produto de seguro baseado em índices.

Um contrato de seguro baseado num índice de **alta qualidade** faz coisas diferentes dependendo do seu tipo.



Um microsseguro de alta qualidade protege adequadamente os agricultores contra as flutuações de rendimentos.



O seguro soberano de alta qualidade estabiliza os orçamentos governamentais, garantindo uma resposta mais rápida e eficaz a desastres.



Ambos os tipos protegem a reputação das empresas e de outras partes interessadas.

Consideremos uma analogia com as sementes melhoradas: Assim como a qualidade das sementes de milho híbrido, a qualidade do seguro baseado em índices é uma característica oculta; os agricultores não podem olhar para o papel do contrato e dizer se este os protegerá, tal como também não podem olhar para uma semente de milho e discernir diretamente a sua genética. E tanto para seguros como para as sementes, um produto de alta qualidade é mais caro de desenvolver e fornecer do que um produto de baixa qualidade. Dada a dificuldade de discernir a qualidade de um produto e dado o preço pago pela alta qualidade, os contratos de baixa qualidade podem expulsar a alta qualidade. A certificação pode resolver esse problema, conforme discutido posteriormente.

Padrão Mínimo de Qualidade

Como definir, medir, monitorizar e melhorar a qualidade do seguro baseado em índices

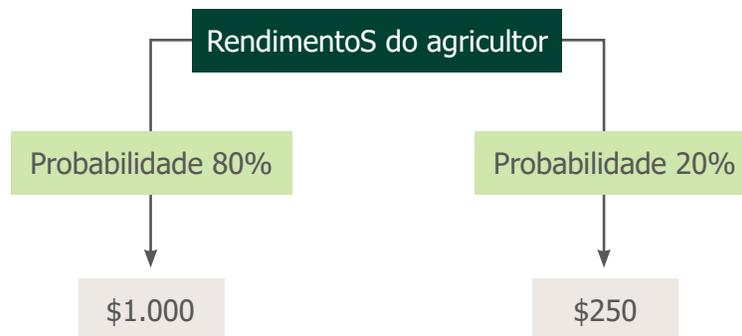
Um contrato de seguro baseado em índices que responde a um MQS pode ser definido em relação aos agricultores que se destina a proteger: um contrato de seguro deixa os agricultores que enfrentam os riscos ambientais em melhor situação (ou pelo menos não pior) do que se não tivessem seguro. Um produto de seguro baseado em índices deverá ter certamente o potencial de fornecer a esses agricultores mais estabilidade do que se não tivessem seguro. É claro que um bom contrato deve exceder o padrão mínimo e deixar os agricultores numa situação muito melhor do que se não tivessem seguro. Mas um contrato de seguro de baixa qualidade que tenha uma elevada taxa de falhas reduzirá o bem-estar dos agricultores porque desestabiliza os seus rendimentos.

Uma simples definição do Padrão Mínimo de Qualidade (MQS):

O bem-estar económico esperado do segurado não é menor tem o seguro do que sem o seguro (ou seja, o seguro que satisfaça o MQS não prejudica as pessoas, tornando-as piores).

Então, como medimos o "bem-estar económico esperado"? A economia oferece várias opções, e aqui contamos com a abordagem padrão de "utilidade esperada", que é mais apropriada para a medição da qualidade do seguro por diversos. Para explicar essa abordagem, vamos utilizar um exemplo agrícola simples que ilustra o bem-estar económico com e sem seguro.

Imaginemos que um agricultor tem 80% de hipóteses de ganhar \$1.000 e 20% de hipóteses de ganhar apenas \$250. As barras rosa/laranja na figura 8 ilustram este exemplo agrícola, com os rendimentos mostrados no eixo horizontal e as probabilidades no eixo vertical.



Neste exemplo, o salário médio do agricultor ao longo dos anos seria de \$850. No entanto, o agricultor arrisca-se a ter anos maus em que terá que sobreviver com apenas US\$250, e sabe que ele e a sua família irão sofrer nesses anos. Se possível, trocaria de bom grado o seu fluxo de rendimentos variável por um rendimento garantido que provavelmente seria bem inferior a US\$850. O rendimento mínimo garantido que aceitaria em vez do seu rendimento agrícola variável é chamado de "equivalente de certeza" do seu fluxo de rendimentos agrícolas. O equivalente de certeza é uma medida do seu bem-estar económico esperado como agricultor sem seguro.

Para um agricultor moderadamente avesso ao risco, o equivalente de certeza no nosso exemplo simples seria \$725, o que significa que abriria mão de \$125, (a diferença entre o seu rendimento médio de \$850 e o seu rendimento equivalente de certeza de \$725), para evitar o risco de maus resultados. Um agricultor ainda mais avesso a maus eventos – aquele a quem os US\$250 causam um sofrimento severo – teria um rendimento equivalente de certeza ainda menor.

Através desta ideia, podemos agora considerar como funciona o seguro. As barras azuis na figura 8 mostram como um contrato de seguro "perfeito" poderá funcionar. Neste cenário de seguro perfeito, o contrato paga ao agricultor \$400 em todos os maus anos. O custo do prémio puro para este seguro seria de $\$400 \times 20\%$, ou \$80. Assumindo um "markup" de 50% dos custos do seguro, o preço de mercado desse seguro será de \$120. Depois de pagar o prémio todos os anos, o rendimento do agricultor nos anos bons e maus será conforme mostrado nas barras azuis na figura. Observe que o seguro perfeito reduz o rendimento do agricultor, livrando-o altos e baixos. Devido ao markup, o seguro reduz o rendimento médio do agricultor de \$850 para \$810.

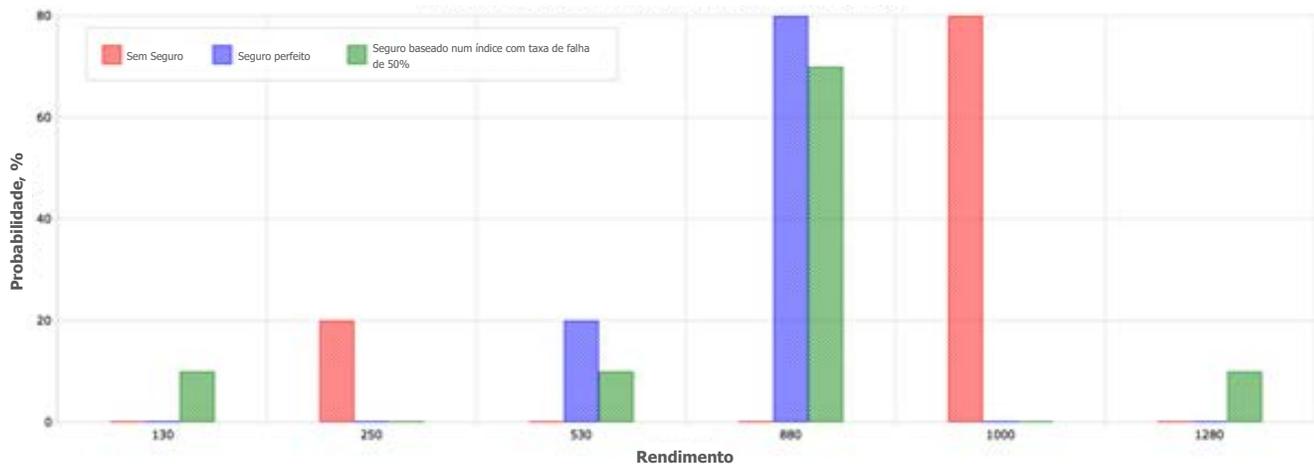
A questão fundamental da qualidade do seguro, então, é se o bem-estar esperado do agricultor seria superior com este contrato de seguro, (em que ele desiste de algum dinheiro em média para se livrar do risco de resultados super baixos), do que seria se não tivesse um seguro. Se o bem-estar aumentar, esse contrato passaria no MQS.

Utilizando a teoria da utilidade esperada, podemos calcular o rendimento equivalente de certeza do agricultor quando tem seguro. O gráfico da figura 9 mostra o rendimento equivalente de certeza do agricultor moderadamente avesso ao risco para o caso deste seguro perfeito, que tem uma taxa de falha zero, pois deteta sempre corretamente as perdas. No ponto em que a linha verde inclinada para baixo cruza o eixo vertical, podemos ver que o rendimento equivalente de certeza do agricultor com seguro perfeito será de \$790. A linha horizontal preta mostra o rendimento equivalente de certeza do agricultor sem seguro, que é de \$725. Como \$790 é superior a \$725, esse contrato perfeito passa facilmente no teste MQS.

Agora, o que se passa com um contrato de seguro baseado em índices mais realista que às vezes não identifica adequadamente as perdas? As barras verdes na figura 8 ilustram como funcionaria um contrato de seguro que preveja corretamente as perdas apenas metade do tempo. Embora isso possa parecer uma taxa baixa, está ao mesmo nível de muitos contratos de seguro baseado em índices oferecidos atualmente. Como se pode ver na figura, o pior resultado para o agricultor é pior com este contrato de seguro: o seu pior resultado sem seguro costumava ser um rendimento de US\$250, mas com seguro terá um rendimento de apenas US\$130 (o rendimento de US\$250 menos o prémio do seguro de US\$120). Outras vezes, o seguro ainda funciona e eleva o seu rendimento para US\$530.

Agora é menos óbvio se o agricultor avesso ao risco deve ou não comprar esse seguro propenso ao fracasso, que às vezes melhora os seus rendimentos e outras vezes os piora, e que reduz sempre os seus rendimentos médios. Voltando à figura 9, mostramos os equivalentes de certeza calculados para o agricultor com seguro baseado em índices. À medida que a taxa de falha aumenta a partir de zero (seguro perfeito), o valor do equivalente de certeza de ter seguro diminui constantemente de um valor de US\$790. Como podemos ver, se a taxa de insucesso atingir 50% ou mais, o agricultor estaria melhor sem seguro (equivalente de certeza de US\$725) do que com seguro (equivalente de certeza inferior a US\$725). Os contratos de seguro baseado em índices propensos a falhas não passarão no teste MQS.

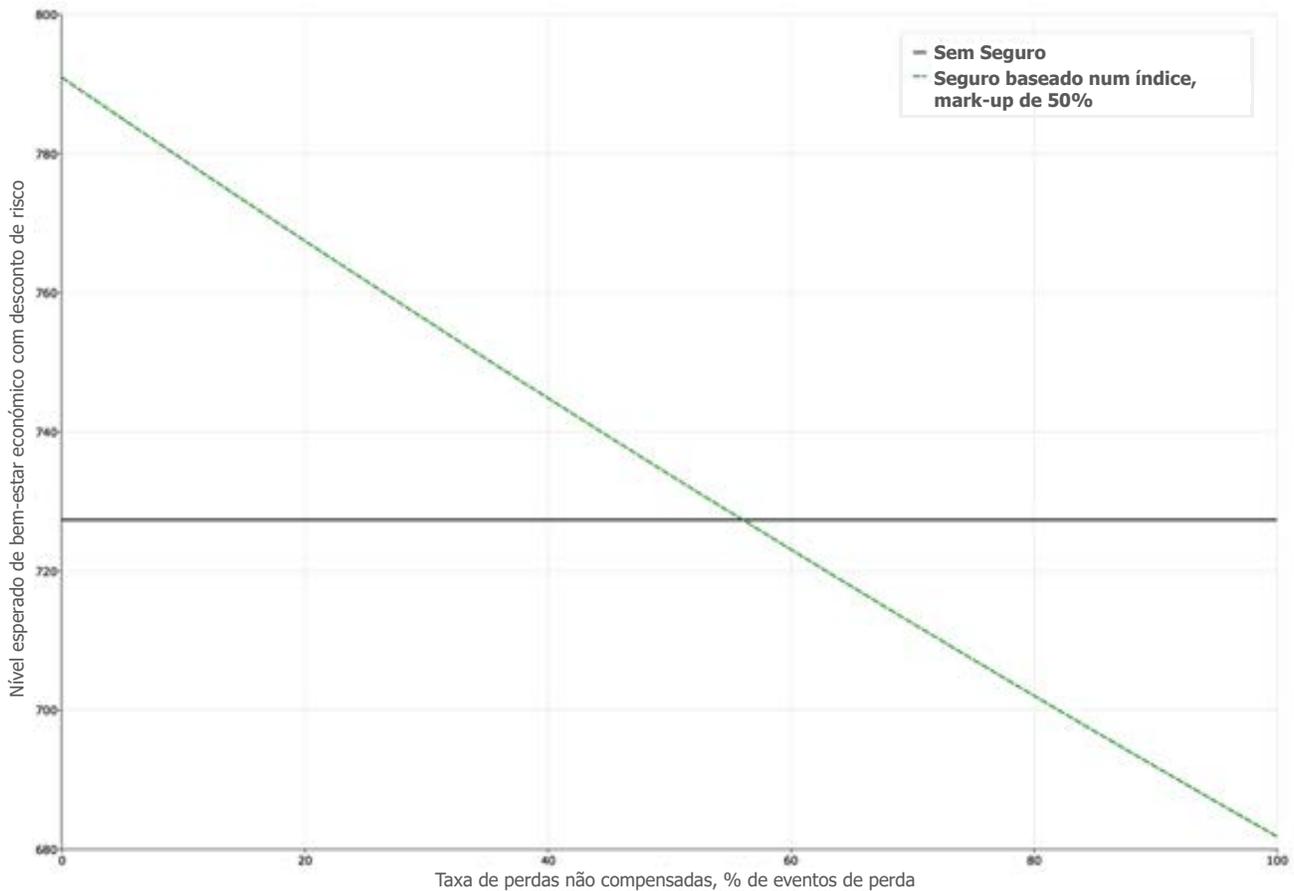
FIGURA 8. NÍVEIS DE RENDIMENTOS COM E SEM SEGURO



Fonte: Michael Carter



FIGURA 9: NÍVEIS DE RENDIMENTOS COM E SEM SEGURO ASSUMINDO UMA TAXA DE FALHA

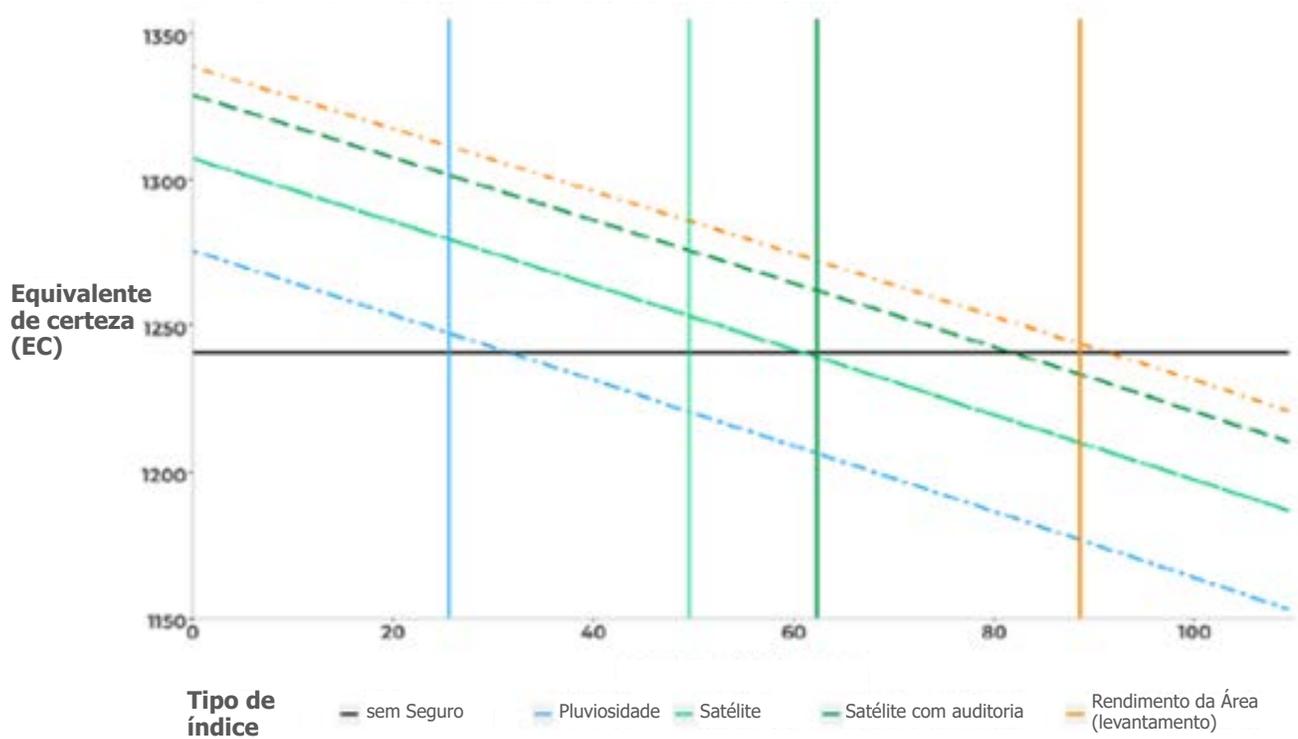


Fonte: Michael Carter

Até agora desenvolvemos as ferramentas para medir a qualidade de um contrato de seguro baseado em índice utilizando um exemplo muito simples, onde todos os resultados e probabilidades possíveis são conhecidos. Mas se recolhermos dados sobre os agricultores do mundo real, podemos fazer o mesmo exercício para avaliar a qualidade dos contratos de seguro do mundo real. A Figura 10 mostra o equivalente de certeza para produtores de arroz no norte da Tanzânia sem seguro (a linha horizontal preta) e com diversos contratos baseados em índices. Estes vão desde um contrato de rendimento de área com elevados custos de implementação, até aos contratos baseados numa deteção remota com uma implementação menos dispendiosa. Benami e Carter (2021) discutem esse exemplo com mais detalhes e explicam porque é que o contrato híbrido "Satélite com Auditoria" oferece um contrato com mais valor utilizando o padrão de equivalente de certeza.

FIGURA 10. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE PARA AVALIAR CENÁRIOS DE QUANDO COMPRAR OU NÃO COMPRAR SEGUROS

A qualidade do seguro baseado em índices varia de acordo com o tipo de índice e prêmio para produtores de arroz na Tanzânia



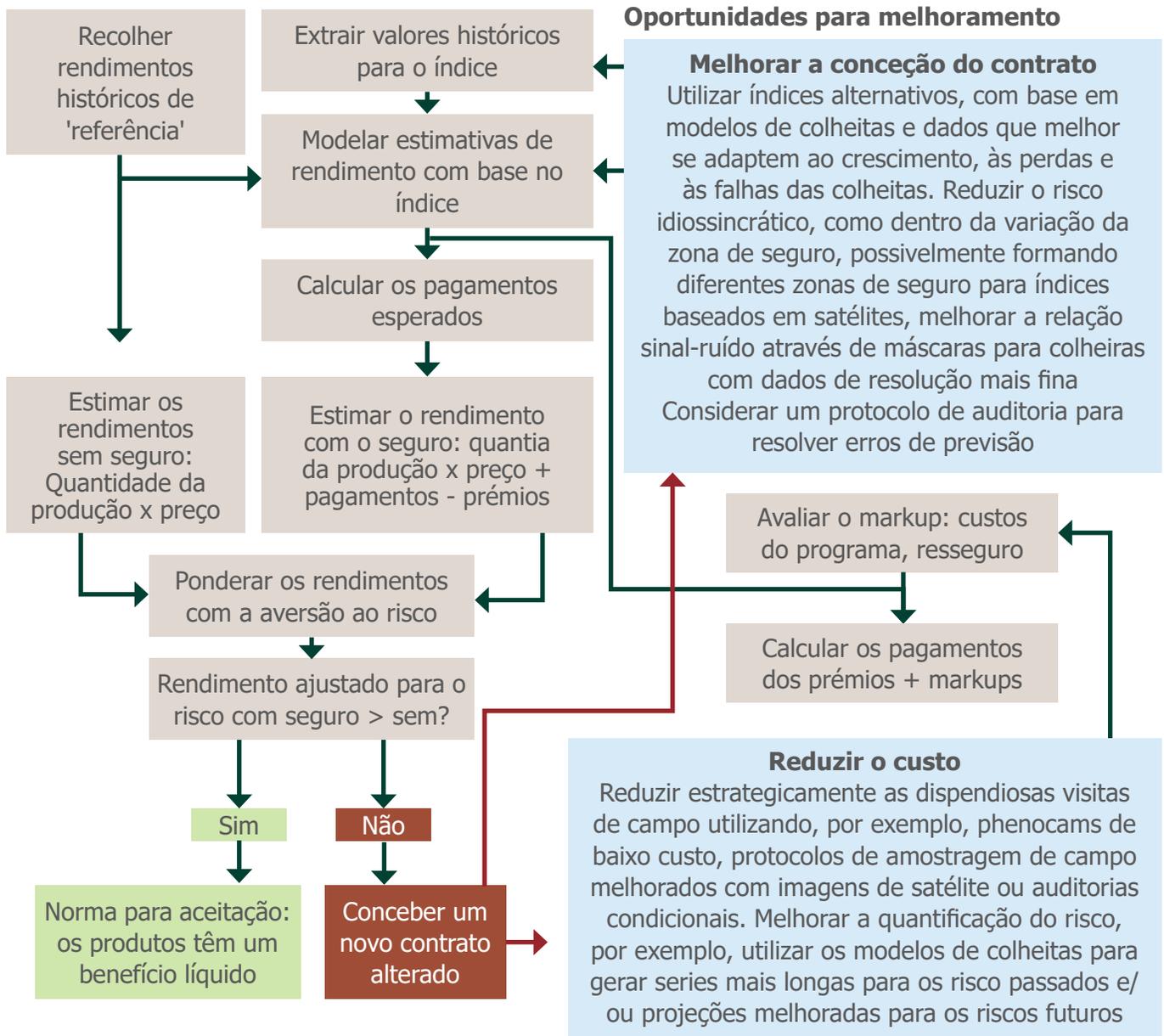
Fonte: Benami e Carter 2021.

Como incorporar o MQS na concepção do produto?

Isso leva-nos à pergunta: como utilizar esse conceito de MQS para conceber melhores contratos de seguro? Avaliar os padrões mínimos de qualidade é parte de um processo iterativo que vai além da compreensão se um contrato protegerá ou não os agricultores. A análise pode ser utilizada para melhorar um produto que inicialmente falha no MQS ou que tem uma qualidade apenas aceitável.



FIGURA 11. PROCESSO PARA AVALIAR A CONCEÇÃO DE UM CONTRATO DE SEGURO BASEADO NUM ÍNDICE



Fonte: Benami e al. 2020.

A Figura 11 mostra a importância de ser capaz de avaliar um contrato de seguro com base num índice de forma a que as oportunidades para uma conceção do contrato mais eficiente possam ser utilizadas como informação para outras iterações.

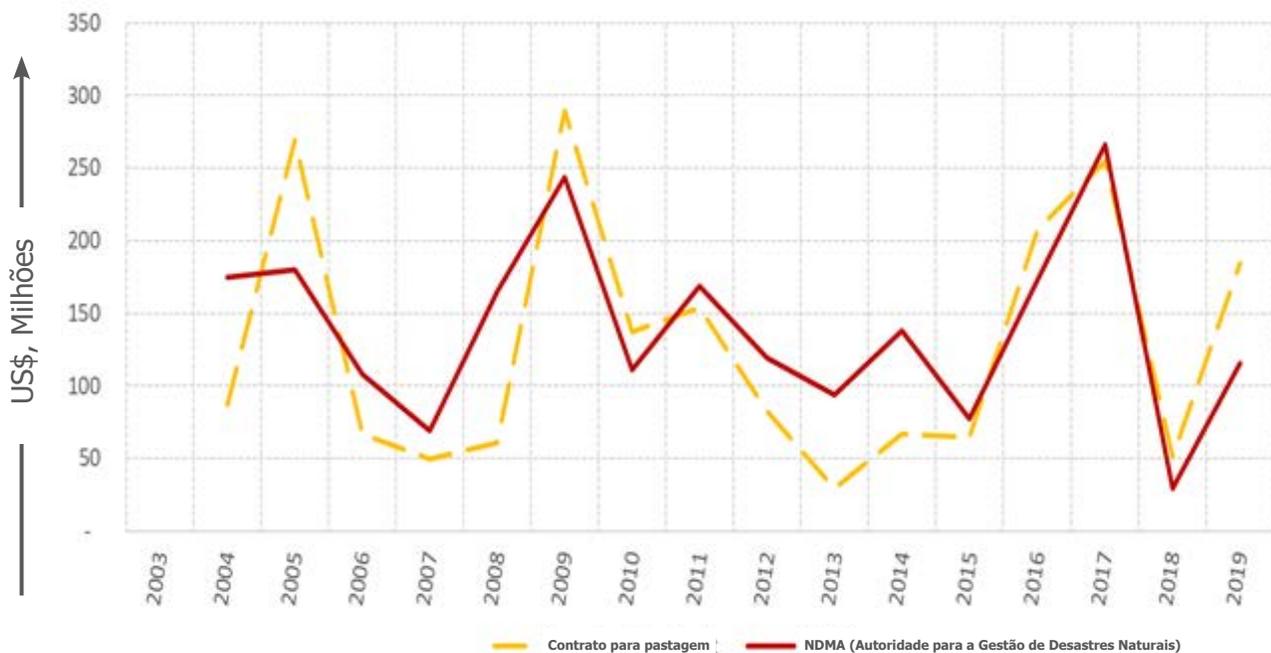
O exemplo acima analisou um produto de microsseguro, mas o ministro das finanças enfrenta uma dificuldade semelhante em discernir a qualidade de um contrato de seguro baseado num índice soberano e avaliar quando é que uma política pública inteligente irá utilizar os recursos orçamentais limitados e caros para comprar um seguro.

Exemplo de apólice de seguro soberano

É importante garantir a qualidade do seguro para os governos ou outras entidades que procuram estabilizar as obrigações orçamentais que podem ser afetadas por eventos climáticos. Os contratos de seguro soberanos baseado num índice podem dar aos governos um apoio orçamental para os custos de substituição de infraestruturas e pagamentos adicionais de proteção social que se acumulam na sequência de furacões e secas. Mas como avaliar se a implementação desses contratos é a escolha correta? Como parte do processo de monitorização e avaliação, temos que determinar se a proteção oferecida por estes contratos soberanos faz sentido para as finanças públicas.

A Figura 12 analisa a perda estimada para a Autoridade Nacional de Gestão da Seca (NDMA) do Quênia com e sem a compra de contratos de seguros das pastagens. O contrato de pastagem é um contrato de índice de pastagem baseado na deteção remota semelhante ao programa IBLI/KLIP e inclui algum erro de previsão. Como se pode ver, o índice de forragem pode algumas fazer uma previsão por excesso e outras vezes por defeito para as necessidades de proteção social. Assim, um contrato soberano baseado nesse índice não irá fornecer a quantidade exata de dinheiro de que o governo poderá precisar.

FIGURA 12. PAGAMENTOS COM E SEM CONTRATO DE SEGURO SOBERANO PARA PASTAGENS



Fonte: Carter, M., Marcos Sugastti, F. Fava e N. Jenson (2021)

Existem duas formas de medir a qualidade do produto. Assim como no caso do microsseguro, as medidas comparam a situação com e sem contrato de seguro soberano e verificam qual é melhor. No caso de um contrato de seguro soberano, podemos:

1. Perguntar se o custo macroeconómico total de atingir uma meta política (por exemplo, elevar todas as famílias pobres até ao nível da linha de pobreza) é mais barato com ou sem seguro. Observe que a abordagem pressupõe que o governo terá sempre de mobilizar fundos para atingir a sua meta de política.
2. Perguntar se o governo pode criar maior bem-estar social (o bem-estar da sua população-alvo) com ou sem seguro soberano, assumindo que o governo tem uma forte restrição orçamental e só pode gastar uma quantia fixa de fundos no seu programa de proteção social.

A utilização desses dois conceitos é ilustrada através dos dados no Quênia e analisando a eficácia de um contrato paramétrico de risco soberano desenvolvido para responder às necessidades adicionais de proteção social do Quênia causadas por eventos de seca nas áreas de pastagem. Embora os dados de referência disponíveis para avaliar o contrato sejam imperfeitos, as evidências mostram que o contrato proposto tem um desempenho melhor em ambas as métricas do que avançando sozinho (sem seguro). O contrato proposto fica muito aquém do que um contrato paramétrico perfeito poderia alcançar, sugerindo a importância de metodologias de avaliação da qualidade para comparar as opções alternativas. A maior conclusão é que, ao avaliar a implementação de um esquema de seguro de nível soberano, a metodologia deve permitir comparar os desempenhos de diferentes contratos de seguro paramétricos de nível soberano e estabelecer um limite mínimo de qualidade.

Como garantir e institucionalizar a qualidade do seguro baseado em índices

É importante determinar uma métrica que possa fornecer uma medida coerente da qualidade tanto para seguros de nível micro como para produtos de nível meso e macro. Neste caso, é a qualidade do produto de seguro com base em índices que nos preocupa, mas esta questão é aplicável a quaisquer esquemas de proteção financeira para a agricultura.

Dada a importância de um produto de seguro baseado em índices de alta qualidade, como pode a exigência de alta qualidade ser formalizada no sector para tornar as avaliações de impacto, a estrutura de operação e a monitorização mais transparentes e consistentes?

A Certificação da Qualidade do Seguro baseado num Índice (QUIIC) fornece uma resposta:



A certificação da qualidade para um seguro baseado em índices é fundamental porque os agricultores, doadores e governos nacionais não podem dizer se um produto de seguro baseado em índices irá pagar as perdas conforme prometido. Embora o seguro baseado em índices tenha sempre o risco de não pagar com precisão, a probabilidade de um produto falhar e, quando falha, ambos podem ter um enorme impacto no bem-estar presente e futuro de uma família. De forma mais ampla, os produtos de seguro de baixa qualidade desperdiçam os recursos de desenvolvimento finitos e prejudicam a aceitação de futuros produtos de alta qualidade.



A QUIIC combina os seguros baseados em índices e os dados das famílias utilizando ferramentas estatísticas e económicas inovadoras de medição da qualidade para estimar a probabilidade de um produto de seguro falhar e se é previsível que falhe quando as famílias estiverem mais necessitadas. Em colaboração com o Centro Regional de Mapeamento de Recursos para o Desenvolvimento (grupo de deteção remota ligado à NASA em Nairobi), o Laboratório de Inovação de Mercados, Riscos e Resiliência está a trabalhar com os parceiros do sector público e privado para desenvolver a QUIIC como uma marca de certificação voluntária da qualidade de um de seguro baseado num índice. Com base nessa análise, a equipa da QUIIC pode certificar se um produto responde a um nível mínimo de qualidade, não deixando uma família pior do que se não tivesse nenhum seguro.



Existem vários exemplos de padrões de certificação voluntária para mercadorias cuja qualidade não é facilmente discernível pelos consumidores (por exemplo, Comércio Justo; a série ISO; UL para equipamentos eletrónicos nos EUA) e onde o sector privado cumpre voluntariamente os padrões de qualidade estabelecidos por terceiros.



Existe uma lacuna de informação e o desenvolvimento de um mercado lucrativo e sustentável pode ser avançado com a experiência de uma instituição independente e indicações eficazes de qualidade para os agricultores. Quando estão a ser utilizados fundos públicos ou de doadores, garantir que o produto não seja de baixa qualidade é uma responsabilidade essencial dos financiadores.

Enquanto as primeiras certificações de seguro baseado em índices estão a ser feitas, continua a ser necessário de testar ainda mais o caso de negócios para a certificação voluntária. Existe uma oportunidade real para doadores e governos que apoiam ou subsidiam um seguro baseado em índices exigirem normas e a certificação do seguro baseado em índices para catalisar o mercado de contratos de seguro individual, um passo que pode ajudar as populações vulneráveis a gerir as alterações climáticas.

Conclusões mais importantes da Ficha Informativa 5

- **Conceber e implementar programas** e um FRD pode levar tempo e também exige uma governação forte, envolvimento das partes interessadas, o estabelecimento de procedimentos necessários e o desenvolvimento de capacidades do pessoal fundamental.
- **O forte envolvimento e apoio** em todas as fases do quadro operacional é vital, isso garante a adesão e que o programa continue a cumprir os objetivos
- **Os programas não são uma atividade única, necessitam de uma revisão e refinamento regulares** A Monitorização e Avaliação é importante para avaliar o impacto e determinar se o programa está a atingir os seus objetivos.
- **Conceber uma maneira de medir a qualidade num programa é importante** porque ajuda a determinar se um esquema faz sentido economicamente.
- **A M&A avalia se um programa tem valor económico para o público.** Ao implementar um esquema de seguro com base em índices, a avaliação da qualidade do contrato de seguro é parte integrante do processo de monitorização e avaliação. Temos as ferramentas necessárias para orientar a conceção de melhores contratos de seguro; podem ser feitos melhoramentos no produto para garantir que um esquema de seguro baseado num índice de risco de desastres não piore a situação das pessoas e que os impactos de desenvolvimento pretendidos sejam maximizados.



Leituras adicionais

Carter, Michael, e Tara Chiu. 2020. "Market, Risk, Resilience (MRR) Discussion Paper: Microinsurance and Disaster Risk Finance." Alimentar o futuro.

<https://basis.ucdavis.edu/publication/mrr-discussion-paper-microinsurance-and-disaster-risk-finance>

Carter, Michael, e Tara Chiu. 2018. "Policy Brief: A Minimum Quality Standard (MQS) to Ensure Index Insurance Contracts Do No Harm." Alimentar o futuro.

<https://basis.ucdavis.edu/publication/policy-brief-minimum-quality-standard-mqs-ensure-index-insurance-contracts-do-no-harm>

Alimentar o futuro. "The 3-D Client Assessment Tool."

<https://basis.ucdavis.edu/publication/3-d-client-value-assessment-tool>

Site de Certificação de Seguros baseados num Índice de Qualidade.

<https://quiic.ucdavis.edu/>



Referências bibliográficas

- Benami, E., e M.R. Carter. 2021. "Can Digital Technologies Reshape Rural Microfinance? Implications for Savings, Credit & Insurance." Perspetivas e Políticas de Economia Aplicada.
<https://doi.org/10.1002/aepp.13151>
- Benami, Elinor, ZhenongJin, Michael R. Carter, Aniruddha Ghosh, Robert J. Hijmans, Andrew Hobbs, Benson Kenduiywo, e David B. Lobell. 2020. "Uniting Remote Sensing, Crop Modelling, and Economics for Agricultural Risk Management." Nature Reviews Earth and Environment2: 140–59.
- Carter, M., Marcos Sugastti, F. Fava, and N.Jensen. 2021. "Measuring Quality for Sovereign Index Insurance: Concepts and a Kenya Case Study." Working paper, University of California, Davis.
- Clarke, Daniel, Olivier Mahul, Kolli Rao, and Niraj Verma. 2012. "Weather Based Crop Insurance in India." Policy Research Working Paper 5985, World Bank, Washington, DC.
- Elabed, Ghada, e Michael Carter. 2018. "Ex-ante Impacts of Agricultural Insurance: Evidence from a Field Experiment in Mali." Rascunho de documento de trabalho.
https://arefiles.ucdavis.edu/uploads/filer_public/2c/e8/2ce82578-e1d3-4aeb-9ca1-62b8bec093eb/impact_evaluation_nov_2018.pdf
- Governo do Quênia. 2007. "Kenya Vision 2030: The Popular Version."
<http://vision2030.go.ke/wp-content/uploads/2018/05/Vision-2030-Popular-Version.pdf>
- Janzen, S., e M.R. Carter. 2019. "After the Drought: The Impact of Microinsurance on Consumption Smoothing and Asset Protection." American Journal of Agricultural Economics101, no. 3: 651–71.
- Ochungo, P., J. F. Lindahl, T. Kayano, A. J. Sirma, D. M. Senerwa, T. N. Kiama, and D. Grace. 2016. "Mapping Aflatoxin Risk from Milk Consumption Using Biophysical and Socio-economic Data: A Case Study of Kenya." African Journal of Food, Agriculture, Nutrition and Development 16, no. 3.
https://www.ajfand.net/Volume16/No3/ILRI_paper_8.pdf
- Banco Mundial. 2018. "Land and Natural Resources Degradation in the Arid and Semi-Arid Lands in Kenya."
<https://documents1.worldbank.org/curated/en/461701571216895387/pdf/Land-and-Natural-Resource-Degradation-in-Arid-and-Semi-Arid-Lands-in-Kenya.pdf>

Abreviaturas

ARC	African Risk Capacity (Capacidade Africana de Risco)
ASAL	Terras Áridas e Semiáridas
Cat DDO	Opção de Saque Diferido para Catástrofe
EFRD	Estratégia de financiamento do risco de desastres
FCDO	Escritório de Relações Exteriores, Commonwealth e Desenvolvimento
FDRF	Princípios Fundamentais do Financiamento do Risco de Desastres
PIB	Produto Interno Bruto
GoK	Governo do Quênia
HSNP	Programa de Rede de Segurança Alimentar
IBLI	Seguro para pecuária baseado num índice
KLIP	Programa de Seguro para a Pecuária do Quênia
M&A	Monitorização e Avaliação
MALF	Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca
MQS	Padrão Mínimo de Qualidade
NDMA	Autoridade Nacional de Gestão da Seca
PPP	Parceria público-privada
QUIIC	Certificação do Seguro com base num Índice de Qualidade
SDL	Departamento Estatal para a Pecuária

Folha de Trabalho 5 - Implementação de um esquema de proteção financeira para a agricultura

Teste os seus conhecimentos e registe as suas perceções nesta folha de trabalho!

Atividade 1: Identifique quais destas afirmações são verdadeiras ou falsas.

#	Afirmação	Verdadeira	Falsa
1.	O Programa de Seguro para a Pecuária do Quênia é um programa de transferência do risco voltado para pecuaristas de baixos rendimentos.		
2.	O Programa Hunger Safety Net faz transferências de dinheiro incondicionais e escaláveis para atingir a população mais vulnerável.		
3.	Os produtos de transferência do risco de nível soberano são mais difíceis de implementar do que os produtos de transferência do risco de nível micro ou meso.		
4.	A monitorização e avaliação é algo que deve ser considerado após a implementação de um programa.		
5.	A monitorização e avaliação avalia se um programa tem valor económico para os interessados		
6.	Os produtos de baixa qualidade desperdiçam recursos de desenvolvimento finitos e prejudicam a aceitação de futuros produtos de alta qualidade.		
7.	Os programas de Financiamento do Risco de Desastres para a Agricultura (FRDA) são uma atividade única, mas precisam de revisão e melhoramentos regulares.		

Atividade 2: Consegue identificar três perguntas a que o seu governo poderia tentar responder ao implementar um esquema de proteção financeira para a agricultura?

[1]

[2]

[3]

Atividade 3: Reflexões

[1] Estes são os dois pontos que considerei mais importantes desta ficha informativa.

[2] Aqui estão duas ideias ou conceitos sobre os quais eu gostaria de obter mais informações.